

Paper do NAEA Volume 28

Dinâmica metropolitana e dispersão urbana na Amazônia: uma discussão a partir da realidade belenense

Cyntia Santos Daltro Alves¹



RESUMO

A problematização do presente artigo gira em torno do alcance e dos limites da atual configuração do espaço metropolitano belenense diante de seu contexto de dispersão urbana. Para tanto, realizou-se uma discussão conceitual acerca da reprodução social do espaço urbano amazônico, seguida de uma análise da atual configuração da estrutura metropolitana belenense a partir de diferentes perspectivas, buscando compreender o processo de dispersão urbana no contexto amazônico. Percebe-se que a atual dinâmica do espaço metropolitano belenense é marcada por processos que não se circunscrevem tão somente à área oficialmente reconhecida. Trata-se de uma dinâmica de fluxos que aponta para uma tendência de conformação de uma unidade urbana ampliada (fragmentada e descontínua) que parece incluir, atualmente, o Município de Barcarena, bem como, possivelmente, Abaetetuba e Acará.

Palavras-chave: Dispersão metropolitana. Metropolização. Fluxos socioespaciais. Produção social do espaço. Região metropolitana de Belém.

¹ Geógrafa, mestre em Geografia pela UFPA e doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA-UFPA. E-mail: csdgeo@hotmail.com.

ABSTRACT

The problematization formulated in this article revolves around the scope and the limits of the current configuration of Belém's metropolitan space, in the context of its urban dispersion. In order to do so, a conceptual discussion about the social reproduction of the amazonian urban space was held, followed by an analysis of the current configuration of Belém's metropolitan structure from different perspectives, seeking to understand the process of urban dispersion in the amazonian context. It is noticed that the current dynamics of Belém's metropolitan space are marked by processes that aren't circumscribed to the officially recognized area; instead, it is a dynamics of flows that suggests a tendency of conformation of an expanded urban unit (fragmented and discontinuous) that seems to include, currently, the Municipality of Barcarena, as well as, possibly, Abaetetuba and Acará.

Keywords: Metropolitan dispersion. Metropolization. Socio-spatial flows. Social production of space. Metropolitan Region of Belém.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo realizar uma discussão acerca da configuração da estrutura metropolitana belenense a partir de três perspectivas, quais sejam: o formato metropolitano oficialmente reconhecido; o formato metropolitano aquém da metrópole oficial; e o formato metropolitano para além da metrópole oficial. Buscar-se-á, também, compreender o processo de dispersão urbana no contexto amazônico, analisando a Região Metropolitana de Belém (RMB) e sua atual tendência à dispersão/difusão (TRINDADE JR., 2018), o que possivelmente vem acarretando a conformação de novos arranjos espaciais urbanos que necessitam ser considerados a partir de uma lógica contraditória de produção do espaço geográfico regional (TRINDADE JR., 1998).

A problematização gira em torno do alcance e dos limites do espaço metropolitano belenense. Daí questiona-se: o formato oficial atual expressa a realidade da dinâmica metropolitana? A metrópole enquanto forma que espacializa um processo, o de metropolização, está além ou aquém do formato oficial?

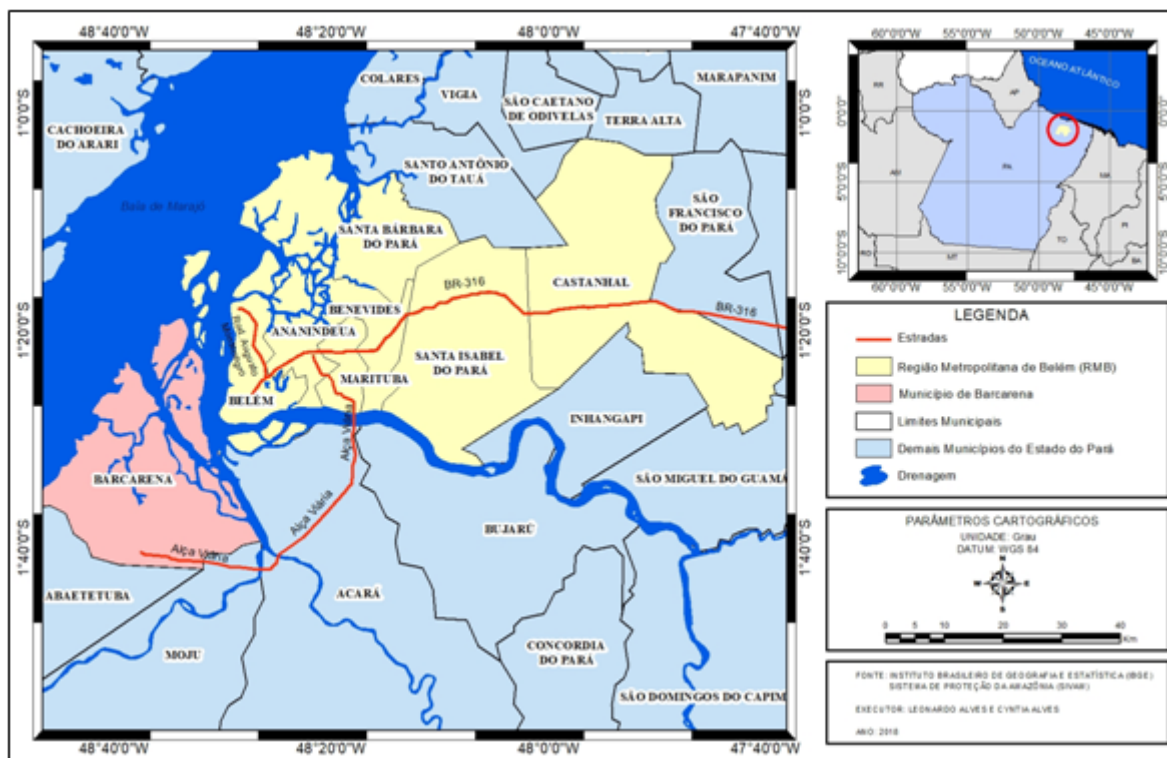
Atualmente, a Região Metropolitana de Belém² é formada oficialmente por sete municípios, a saber: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara, Santa Izabel e Castanhal (Mapa 01). No entanto, para além desse recorte metropolitano oficial, percebe-se a existência de outras interpretações, de natureza mais processual, na compreensão da estrutura metropolitana belenense. Há aqueles que defendem que a inserção de alguns municípios ocorreu muito aquém da intensidade de interações que marca as articulações de caráter metropolitano, não sendo suficiente para incluí-los como pertencentes à Região Metropolitana, como afirma Ribeiro (2017), para o caso de Castanhal, por exemplo.

Por outro lado, Trindade Jr. (1998) salienta que o desenvolvimento do espaço metropolitano de Belém não se deu tão somente pelo maior adensamento e pelo processo de verticalização, mas também pela dispersão para além dos limites administrativos, identificando dois vetores de expansão (rodovia Augusto Montenegro e BR-316) que se articulam a partir de fluxos socioespaciais. Destaca, ainda, que atualmente há uma tendência à difusão metropolitana que também se configura a partir de fluxos com espaços que não pertencem oficialmente à RMB, como por exemplo, Barcarena.

Trata-se, portanto, de uma interpretação para a qual o formato metropolitano estaria para além da Região Metropolitana (RM) oficial, conformando uma metrópole ampliada. Dessa forma, compreender as particularidades que caracterizam a estrutura metropolitana belenense é fundamental, pois interfere tanto na configuração da RM em si quanto na relação com seu entorno regional, bem como reflete na elaboração e execução de políticas de planejamento voltadas a esse espaço.

2 “A Região Metropolitana de Belém foi institucionalizada em âmbito estadual em 19 de outubro de 1995, por força da Lei Complementar nº 027, sendo formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, n. 28.116, de 22/12/95). Pela Lei Complementar nº 072, de 20 de abril de 2010, publicada no DOE Nº 31.656, de 30/04/2010, foi inserido mais um município à RMB, Santa Izabel do Pará. E pela Lei Complementar n. 076, de 28 de dezembro de 2011, que altera a Lei 027, de 19 de outubro de 1995 (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, 28 DE DEZEMBRO DE 2011, CADERNO 2, p. 8) o município de Castanhal também passa a integrar a RMB” (RIBEIRO, 2017, p. 161).

Mapa 01 – Mapa da Região Metropolitana de Belém e seu entorno



Apresenta-se, portanto, o desafio de compreender a dinâmica atual do processo de reprodução social do espaço urbano belenense e suas contradições, considerando uma análise que vai além da materialidade dos sistemas de objetos dispostos no espaço, incluindo, também, o movimento e a fluidez que acompanham o processo de produção socioespacial e que caracterizam o processo de metropolização (SANTOS, [1993] 2009).

REPRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO AMAZÔNICO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Com o intuito de analisar a atual configuração da estrutura metropolitana belenense, propõe-se uma discussão teórica a respeito de espaço geográfico urbano, da metrópole, da metropolização e da dispersão metropolitana em face do atual regime de acumulação no contexto global, procurando-se compreender o espaço social capitalista que se apresenta como sendo homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

Neste sentido, Santos ([1996] 2006) afirma ser necessário considerar a relação dialética entre os elementos que são indispensáveis e indissociáveis para a compreensão de uma realidade objetiva e totalizante da produção e organização social do espaço. Para esse autor, o espaço deve ser concebido enquanto um sistema indissociável de objetos e ações:

sistema de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, [1996] 2006, p. 63).

Dessa forma, a metrópole, a partir da perspectiva histórico-dialética, e com base nos postulados de Lencioni (2008), deve ser compreendida como produto sociohistórico resultante de um movimento dialético das práticas espaciais da sociedade. Afirma essa autora que:

a metrópole contemporânea, a que exprime o momento mais avançado da urbanização, a que revela uma nova época, é condição para a reprodução do capital, mas é também um meio utilizado para a reprodução do capital e, ainda, um produto do próprio capital. Nesse sentido, é precisamente uma condição, meio e produto do momento de reprodução cuja determinação reside no capital imobiliário e financeiro (LENCIONI, 2017, p. 81).

E o conceito de metropolização, por sua vez, compreende os processos socioespaciais que dotam o espaço de características metropolitanas que, até então, eram específicas da metrópole. Deve-se, portanto, analisar os fluxos de articulação socioespaciais e o tempo das relações. A metropolização é um processo socioespacial que transforma (metamorfoseia) profundamente o território. Ao definir espaços metropolizados, a autora afirma que:

[...] são espaços que assumem aspectos e características similares, mesmo que em menor escala, aos da metrópole, quer dizendo respeito aos investimentos de capital, ao desenvolvimento das atividades de serviços com sua correlata concentração de trabalho imaterial, ou, ainda, relacionados ao desenvolvimento das atividades de gestão e administração. Podem também, apresentar outros aspectos, como a tendência ao desenvolvimento de vários centros comerciais e de serviço, a forma de consumir e viver semelhante a metrópole, bem como uma intensidade significativa de redes imateriais e a presença bastante visível dos socialmente excluídos (LENCIONI, 2017, p. 43).

O entendimento do processo de metropolização é fundamental para a discussão aqui proposta, pois se percebe que os processos urbanos que interligam a RMB ao seu entorno caracterizam-se por uma relação de interdependência e unidade que se consolida a partir de fluxos socioespaciais que não se encerram nos limites institucionais.

Trindade Jr. (1998) afirma que a forma espacial caracterizada pela dispersão espacial presente no espaço urbano nacional configura-se, também, no contexto amazônico e é possível de ser visualizada na RMB, guardadas as suas devidas características locais. Para esse autor, a noção de concentração não se limita à ideia de uma única mancha urbana, mas considera também a intensidade de fluxos entre os espaços, caracterizando o que ele chama de metrópole difusa.

Destaca ainda que, no momento caracterizado pelo processo de dispersão, a mancha urbana se apresentou relativamente contínua e visível, mas, no momento atual, é marcada por uma certa descontinuidade e fragmentação que se manifesta a partir de uma intensidade de fluxos socioespaciais. Ressalta a importância de se problematizar o caso da RMB, uma vez que acredita que o processo de difusão tem sido marcante na estruturação dessa região, atualmente, embora não se possa comparar com outras realidades que se apresentam muito mais inovadoras e desenvolvidas socioeconomicamente do que a realidade da RM em questão, que, por sua vez, é marcada, por um lado, pela centralidade das classes de alto poder aquisitivo e, por outro, pela exclusão social (suburbanização da pobreza urbana) (TRINDADE JR., 2005, 2018).

CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA METROPOLITANA BELENENSE: DIFERENTES PERSPECTIVAS

Diante da complexidade que envolve o fenômeno urbano e o processo de metropolização, constata-se que há, atualmente, divergências no que concerne à compreensão da configuração metropolitana belenense, cujos principais argumentos serão expostos a seguir.

O formato oficial atual parece adequado quando se analisa o discurso estatal, ao se observar, por exemplo, projetos de lei visando acrescentar municípios à Região Metropolitana. Desde 2007, o Projeto de Lei complementar nº. 002/2007 – que visa alterar o artigo 25, parágrafo terceiro da Constituição Federal e o artigo 50, parágrafo segundo da Constituição do Estado do Pará – foi proposto pelo então, deputado estadual Manoel Pioneiro (PSDB), com o objetivo de aumentar o número de municípios integrantes da RMB, incluindo: Santa Izabel, Castanhal, Barcarena e Abaetetuba. O projeto também propõe a criação de um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM). Em 2010, a Lei Complementar nº. 72/2010 inseriu o Município de Santa Izabel na RMB e, em 2011, a Lei Complementar nº. 76/2011 inseriu o Município de Castanhal, conformando a atual configuração da RMB, composta por um total de sete municípios.

Tomando-se como exemplo a inclusão do Município de Castanhal na RMB, torna-se nítida a divergência de interpretações entre o poder estatal e os estudos acadêmicos, que serão discutidos a seguir.

O Projeto de Lei Complementar nº. 03/2009, de autoria do deputado Márcio Miranda (DEM), alterou pela terceira vez a Lei Federal Complementar nº. 14/1973, que instituiu a RMB (inicialmente apenas com Belém e Ananindeua), culminando na Lei Complementar nº. 76/2011, que instituiu a participação de Castanhal na RMB. Ao analisar o discurso do referido deputado, no dia 06 de maio de 2009, direcionado a seus colegas de legislatura com o intuito de defender a aprovação de seu projeto de lei, Coelho e Tourinho (2013) destacam a fala de Márcio Miranda, que sustenta a necessidade de considerar a relação entre Castanhal e a capital paraense, seja na questão da saúde, da economia, do transporte, do fluxo em busca de trabalho e estudo, dentre outras, que justifica a inserção de Castanhal na RMB. Embora o discurso do referido deputado tenha sido na direção de considerar a existência de fluxos de interdependência entre esses espaços, Coelho e Tourinho (2013) afirmam que tal discurso foi realizado sem nenhum estudo prévio.

Por outro lado, ao analisar estudos como os de Ribeiro (2017) e de Coelho e Tourinho (2013), verificou-se que eles estariam ligados a uma vertente que defende que o formato metropolitano atual está aquém da metrópole oficial.

Ribeiro (2017), ao buscar estudar algumas cidades do nordeste paraense (Castanhal, Capanema e Bragança) e a interação entre elas e o espaço metropolitano, afirma que Castanhal (pertencente à RMB) é uma cidade média de entorno metropolitano, divergindo de outros estudos, como os de Alves (2012) e de Trindade Júnior e Pereira (2007), que afirmam uma intensa e nítida relação de interdependência entre o nordeste paraense e o município em questão com o espaço metropolitano de Belém, ante seu caráter disperso, bem como do próprio discurso estatal, que justificou a entrada de outros municípios na RMB, a exemplo de Castanhal.

No entanto, Ribeiro (2017), embora tenha identificado que a proximidade de Castanhal em relação a Belém favorece a recepção de grupos advindos desta, como as redes de comércio

varejista (Líder, Y.Yamada, Visão e Belém Importados) e de indústrias de atuação regional e nacional, bem como que Castanhal apresenta intensidade de interações espaciais voltadas ao trabalho e ao estudo com Belém, afirma que tais constatações estão muito aquém da intensidade de interações que marcam as articulações de caráter metropolitano, não sendo estas suficientes para incluir Castanhal como pertencente à Região Metropolitana, reforçando sua centralidade.

Sendo assim, segundo o autor supracitado, Castanhal é marcado tanto pela centralidade perante a malha rodoviária quanto por sua proximidade física e relacional com a metrópole, garantindo-lhe a condição de cidade média de entorno metropolitano.

Coelho e Tourinho (2013), por sua vez, afirmam que o aumento do número de municípios integrantes da RMB, dando como exemplo o Município de Castanhal, não obedeceu aos critérios (processo de conurbação, ocorrência de fluxos pendulares e presença de serviços de interesse comum) que normalmente são utilizados para inserir novos municípios, critérios estes existentes desde a década de 1970, quando foram criadas as primeiras regiões metropolitanas. No que tange à conurbação entre esses espaços, afirmam que não se verifica esse fenômeno entre Castanhal e os demais municípios metropolitanos.

Ressaltam ainda que, ao analisarem a justificativa para a inserção de Castanhal na RMB por parte do relator do Projeto de Lei Complementar Estadual para os deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, ficou claro que, além de não atenderem aos critérios normalmente utilizados para a constituição de regiões metropolitanas no Brasil, não levaram em consideração na esfera política os estudos acadêmicos e a participação popular. Cabe, para os autores, a reflexão dos reais interesses por trás de uma decisão considerada por eles como sendo muito mais política do que de interesse social, bem como a necessidade de desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o assunto, associadas a uma regulamentação efetiva da questão metropolitana no Estado do Pará.

De forma divergente, pode-se observar estudos ligados a uma outra vertente que defende que o formato metropolitano atual está além da metrópole oficial, configurando uma metrópole ampliada (fragmentada e descontínua), cuja tendência atual é a dispersão/difusão a partir de fluxos socioespaciais que ultrapassam os limites metropolitanos oficiais. Nessa perspectiva, a unidade metropolitana é garantida pela intensidade de fluxos entre espaços, não se limitando à ideia de uma mancha urbana única (TRINDADE JR., 2018). Outras publicações, como as de Sabino (2016), Veloso (2015), Alves (2012) e Cavalcante (2011), também se inserem nessa mesma perspectiva.

Em trabalho anterior (ALVES, 2012), buscamos analisar a relação entre Castanhal e o espaço metropolitano de Belém, tal como oficialmente reconhecido, a partir de três variáveis, quais sejam: espaços de assentamentos residenciais, espaços de assentamentos industriais e fluxos de deslocamento em busca de serviços. Pôde-se perceber que a reestruturação urbana possui estreita relação com o processo de dispersão dos assentamentos residenciais.

Naquele momento constatamos que o padrão disperso desses novos espaços residenciais, no caso da RMB, configurava-se para além de seu antigo recorte oficial, a partir da expansão da fronteira urbano-imobiliária, que agora parecia incluir também, nesse novo contexto,

o Município de Castanhal, que, apesar de, na época, ainda não fazer parte da RMB³, já apresentava uma dinâmica socioespacial semelhante aos municípios que a compunham e diferente de cidades médias no contexto amazônico, a exemplo de Santarém e Marabá.

Quanto às relações estabelecidas entre a dinâmica urbana de Castanhal a partir da atividade industrial e o espaço metropolitano de Belém, percebeu-se que a relação de interdependência entre ambos deve-se, dentre outros aspectos, ao fato de a RMB representar um importante mercado consumidor (sobretudo a capital); à localização estratégica que facilita o escoamento da produção; à proximidade com o centro de decisões burocráticas; e à visibilidade comercial proporcionada pela proximidade dessas empresas junto à capital.

Essa relação entre a RMB e o Município de Castanhal, também pôde ser verificada a partir dos fluxos de deslocamentos em busca de serviços de saúde entre esses espaços. Verificou-se, também, que Belém não perde o seu caráter polarizador com relação à concentração de serviços de saúde e que Castanhal não apresenta importância significativa no contexto regional nesse aspecto (ALVES, 2012).

Dessa forma, o papel de Castanhal como cidade média é relativamente neutralizado, o que confirma a tese já defendida por Sposito (2007), salvaguardando as devidas particularidades, de que maior será a importância de uma cidade média quanto mais afastada estiver das maiores representações da hierarquia urbana, uma vez que poderão oferecer mais bens e serviços, influenciando mais intensamente seu entorno, aumentando, assim, seu grau de importância.

Cavalcante (2011) também já detectara uma relação de interdependência e de unidade funcional entre a RMB e os municípios vizinhos, a exemplo de Santa Izabel do Pará, que também viria a ser reconhecido como integrante da RMB, no ano de 2010.

Tais análises possibilitam uma reflexão para além da forma espacial (a metrópole), buscando compreender os processos espaciais (metropolização) que envolvem os estudos urbanos e que podem ultrapassar os limites metropolitanos oficiais. Daí a importância de se analisar tais fenômenos urbanos para além de suas formas institucionalizadas, bem como de se estudar a referida temática para a elaboração de subsídios que visem a um planejamento urbano eficaz, considerando o passado, o presente e as tendências futuras, pois, do contrário, ações imediatistas continuarão a caracterizar as intervenções em direção à estruturação da RMB.

DISPERSÃO URBANA NO CONTEXTO BELENENSE: RUMO A UMA NOVA CONFIGURAÇÃO METROPOLITANA?

A configuração urbana do espaço metropolitano belenense tem sido marcada, a partir da expansão urbano-imobiliária dos anos 1990, por um caráter disperso que, como já salientado por Trindade Jr. (1998), articula-se com o seu entorno a partir de vetores de expansão. Discutindo a dinâmica de dispersão metropolitana na Amazônia, mais especificamente o caso da cidade de Belém, esse autor já afirmara que seu processo de dispersão se deu em dois eixos que estão diretamente ligados às redes viárias, a saber: a rodovia Augusto Montenegro e a BR-316.

3 É necessário considerar que, no período de realização da pesquisa, Castanhal estava no processo de compor oficialmente a RMB.

Associada a esse caráter disperso, Trindade Jr. (2018) afirma uma tendência mais atual que estaria também associada à forma difusa da metrópole, que se manifesta a partir de fluxos socioespaciais entre a RMB e outros espaços que não pertencem oficialmente à Região Metropolitana, e que, possivelmente, estariam agora se articulando em direção a um terceiro eixo de expansão representado pela Alça Viária⁴:

para o caso belenense, o espaço metropolitano inclui a região metropolitana oficial, mas alcança também outros municípios relativamente próximos, do qual Barcarena é indiscutivelmente um dos mais importantes. Isso acontece em razão das novas unidades de produção ali implantadas e da infraestrutura e empreendimentos logísticos, que mesmo descontínuos em relação aos demais municípios da RMB, parecem estabelecer com eles, e mais propriamente com Belém, uma forte relação, interação e dependência, especialmente pela proximidade de serviços e infraestruturas oferecidos. Outros municípios, entretanto, além de Barcarena, merecem ser estudados a partir de suas interações e possível unidade com o aglomerado metropolitano belenense, dada as proximidades com a RMB e Barcarena e o grau de dependência mediata estabelecida, como é o caso de Abaetetuba e porções territoriais do Acará (TRINDADE JR., 2018, p. 14).

Tal inferência se baseia na premissa de que o processo de metropolização se dá a partir de fluxos socioespaciais (LENCIONI, 2003). E, atualmente, percebe-se uma ampliação desses fluxos entre a RMB e o Município de Barcarena, por exemplo, que se tornaram mais intensos a partir da construção da Alça Viária. Destacam-se, principalmente, os fluxos socioespaciais voltados para trabalho, comércio e serviços, bem como o adensamento de empresas de diversos setores (principalmente logísticos) e outras iniciativas que tornaram essa relação mais interdependente.

Segundo Trindade Jr. e Barbosa (2016), houve uma maior dinamização da economia de Barcarena a partir da implantação do complexo industrial-urbano-portuário, somada à ampliação de infraestruturas urbanas. Tais fatores contribuíram tanto para uma maior migração populacional em direção a esse município quanto para a formação e a expansão de espaços urbanos segregados. Quanto à questão populacional, de acordo com dados do IBGE (2000, 2010, 2017a), pôde-se perceber uma certa semelhança entre o aumento populacional do Município de Barcarena e o de outros municípios da RMB.

Em 2017, a população estimada em Belém era de 1.452.275 habitantes e em Ananindeua era de 516.057 habitantes, enquanto Barcarena apresentou 121.190 habitantes, ficando atrás apenas de Castanhal, com 195.253 habitantes e Marituba, com 127.858 habitantes (Tabela 01).

Ainda segundo os dados do IBGE (2000, 2010, 2017a), verificou-se que a taxa de crescimento populacional de Barcarena, entre os anos de 2000 e 2017, foi muito semelhante e até maior que outros municípios que apresentaram crescimento significativo na RMB. Nesse período, Barcarena apresentou um crescimento de 91,55%, seguido por Santa Bárbara do Pará, com crescimento de 80,10%, Marituba, com 71,79%, Benevides, com 71,58%, Santa Izabel, com 59,24% e Castanhal, com 45,17%. (Tabela 01).

4 O Sistema de Integração do Pará (SIP), inaugurado em 2000 e popularmente conhecido como Alça Viária, “[...] consiste num conjunto de estradas e pontes que fazem a ligação rodoviária entre a BR-316 e a PA-150 articulando diretamente a RMB com os municípios do Baixo Tocantins e do Sudeste Paraense, prescindindo de qualquer tipo de transporte aquaviário” (TRINDADE JR.; BARBOSA, 2016, p. 357).

Tabela 01 – Crescimento populacional urbano dos municípios da RMB e municípios do entorno entre 2000 e 2017

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000	POPULAÇÃO RESIDENTE 2010	POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMATIVA 2017	TAXA DE CRESCIMENTO (%) 2000 – 2017
BARCARENA	63.268	99.859	121.190	91,55
SANTA BÁRBARA DO PARÁ	11.378	17.141	20.492	80,10
MARITUBA	74.429	108.246	127.858	71,79
BENEVIDES	35.546	51.651	60.990	71,58
SANTA IZABEL DO PARÁ	43.227	59.466	68.836	59,24
CASTANHAL	134.496	173.149	195.253	45,17
ANANINDEUA	393.569	471.980	516.057	31,12
ABAETETUBA	119.152	141.100	153.380	28,73
BELÉM	1.280.614	1.393.399	1.452.275	13,40
ACARÁ	52.126	53.569	54.096	3,78

Elaboração: Cyntia Alves. Fonte: IBGE (2000, 2010, 2017a).

Outro fator de importância para se analisar a relação entre Barcarena e a RMB refere-se, como dito anteriormente, a uma ampliação de fluxos socioespaciais entre esses espaços, que se tornaram mais intensos a partir da construção da Alça Viária (PA-483). Trindade Jr. e Barbosa (2016) afirmam que, em 2009, cerca de 89% desses fluxos rodoviários entre o Baixo Tocantins e a RMB, depois da implantação daquele projeto, tinham como origem ou destino os municípios metropolitanos.

Em 2016, percebe-se que essa intensidade de fluxos rodoviários entre Belém e o Município de Barcarena se apresentou bem expressiva. Segundo dados do IBGE (2017b), a frequência de saídas de veículos rodoviários no par de ligação Belém/Barcarena em, 2016, foi de 543 saídas, maior até que a frequência de saídas de veículos hidroviários nesse mesmo ano, que contabilizou 426 saídas.

Além da dinâmica populacional semelhante e do aumento da intensidade de fluxos socioespaciais entre Barcarena e a RMB, verifica-se que o adensamento de empresas de diversos setores no Município de Barcarena também tornou essa relação mais interdependente. De acordo com dados do IBGE (2002, 2015), referentes às estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), que indicam a quantidade de unidades de empresas de diversos setores por município, nos anos de 2002 a 2015, verificou-se novamente uma certa semelhança de crescimento dos municípios da RMB com Barcarena e com outros municípios do entorno metropolitano (Tabela 02).

Dentre os municípios da RMB, Benevides e Marituba apresentaram, respectivamente, um crescimento de 96,24% e 94,94% das unidades de empresas no intervalo entre os anos de 2002 e de 2015, seguido de Castanhal, que apresentou crescimento de 46,16%. No entorno metropolitano, percebe-se também em destaque os municípios de Acará, com crescimento de 145%, Bujaru, com 119%, Barcarena, com 66,56%, Moju, com 50,62% e Abaetetuba, apresentando 31,67%. Interessante notar que esses últimos municípios estão diretamente ligados à Alça Viária.

Tabela 02 – Número de unidades de empresas na RMB e municípios do entorno nos anos de 2002 e 2015

MUNICÍPIOS	Nº DE UNIDADES DE EMPRESAS EM 2002	Nº DE UNIDADES DE EMPRESAS EM 2015	% DE CRESCIMENTO DE 2002 A 2015
BELÉM	20599	20775	0,85
ANANINDEUA	4006	4702	17,37
CASTANHAL	2008	2935	46,16
ABAETETUBA	805	1060	31,67
BARCARENA	673	1121	66,56
MARITUBA	435	848	94,94
SANTAIZABEL DO PARÁ	406	491	20,93
BENEVIDES	346	679	96,24
MOJU	241	363	50,62
SANTABÁRBARA DO PARÁ	102	128	25,49
ACARÁ	80	196	145
BUJARU	31	68	119

Elaboração: Cyntia Alves. Fonte: IBGE (2002, 2015).

Diante de tais afirmações, percebe-se que se trata de uma tendência pautada nos movimentos de dispersão/difusão, indicando a possibilidade de uma nova configuração metropolitana, que deve ser considerada por importantes instrumentos de transformação urbana. Tal discussão revela que:

[...] podemos encontrar espaços metropolizados fora das metrópoles instituídas pela administração pública. Em outros termos, o espaço metropolizado não é exclusivo da metrópole e nem se confina nas fronteiras de uma região metropolitana. Eles tendem a se apresentar mais intensamente junto a um núcleo metropolitano, mesmo sendo esse de porte regional (LENCIONI, 2017, p. 43).

Necessita-se compreender que a organização espacial urbana recente se fundamenta em um complexo sistema de redes, não devendo ser analisada a partir de uma visão reducionista que considera apenas as formas geométricas, sem atentar para as relações estabelecidas entre os espaços; é necessário analisar os fluxos de articulação socioespaciais, o tempo das relações. Daí afirmar Lencioni (2017, p. 203) que “o processo de metropolização dos espaços implica, portanto, um território no qual o fluxo de pessoas, mercadorias e informações são múltiplos, intensos e permanentes”.

CONCLUSÃO

A discussão acerca da temática metropolitana requer um amplo esforço, haja vista as transformações pelas quais as metrópoles contemporâneas estão passando, seja na sua estrutura, forma ou função. Como já apontara Lencioni (2017), vive-se uma metamorfose, uma transição metropolitana que tem acarretado profundas mudanças socioespaciais; trata-se de um movimento ainda desconhecido que precisa ser analisado com responsabilidade.

Parte-se do pressuposto de que o processo de metropolização se dá a partir de fluxos socioespaciais que necessitam ser identificados e analisados, daí a importância de se considerar que a integração entre os espaços tem na constituição das redes (topográficas e topológicas) a unidade que caracteriza a metrópole contemporânea, garantindo sua integração.

A partir dos dados levantados, percebe-se uma tendência que marca uma estreita relação de interdependência entre a RMB e o Município de Barcarena, por exemplo, que se intensificou a partir da implantação do complexo industrial-urbano-portuário, ocasionando uma maior dinamização da economia desse município, somado ao seu processo de urbanização que tem sido marcado pela concentração/dispersão de assentamentos urbanos, além da importância de sua área portuária.

Essa relação de interdependência pôde ser analisada tanto em relação à semelhança da dinâmica populacional dos municípios da RMB e de Barcarena entre os anos de 2000 e 2017, quanto pela ampliação de fluxos socioespaciais que se tornaram mais intensos a partir da construção da Alça Viária (PA-483). Outro fator relevante para análise refere-se à semelhança do adensamento do número de empresas de diversos setores no Município de Barcarena quando comparados com a RMB e seu entorno nos anos de 2002 e 2015, tornando essa relação mais interdependente. Trata-se de uma dinâmica de fluxos que aponta para uma tendência de conformação de uma unidade urbana ampliada (fragmentada e descontínua) que parece incluir, atualmente, o Município de Barcarena, bem como, possivelmente, Abaetetuba e Acará (TRINDADE JR., 2018).

Dessa forma, compreender as particularidades que caracterizam o processo de (re) configuração metropolitana belenense é fundamental. Percebe-se que sua dinâmica é marcada por processos que não se circunscrevem tão somente à área oficialmente reconhecida, guardando estreita relação com seu entorno, o que denota a importância e a necessidade de compreensão das particularidades que acompanham o processo de metropolização, bem como da consideração da possibilidade de uma nova configuração metropolitana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. S. D. *Formas espaciais recentes da urbanização da Amazônia: a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém*. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CAVALCANTE, F. C. *Metropolização e dispersão urbana na Amazônia: a dinâmica socioespacial do Município de Santa Izabel do Pará no contexto da urbanização belenense*. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

COELHO, H. S.; TOURINHO, H. L. Z. Critérios de inserção de municípios em regiões metropolitanas: o caso de Castanhal na Região Metropolitana de Belém. In: TOBIAS, M. S. G.; LIMA, A. C. M. (Orgs.). *Urbanização & Meio Ambiente*. 1. ed. v. 2. Belém: Unama, 2013. p. 95-118.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993. 312 p.

IBGE. *Censo demográfico: 2000*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/default.php>>. Acesso em: 16 maio 2018.

IBGE. *Censo demográfico: 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

IBGE. *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE 2015*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/servicos/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?edicao=17076&t=downloads>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

IBGE. *Cidades e Estados do Brasil*. Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Disponível em: 16 mai. 2016.

IBGE. *Redes e fluxos do território: ligações rodoviárias e hidroviárias 2016*. Rio de Janeiro, 2017b. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/ligacoes_rodoviaras_hidrovias_2016/base.shtm>. Acesso em: 16 mai. 2018.

LEFÈBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973. 115 p.

LEFÈBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 178 p.

LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR, 2003. 1 CD-ROM.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A Editora/Faperj, 2006. p. 41-57.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, Santiago, n. 39, p. 7-20, mai. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718022008000100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2011.

LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. 264 p.

RIBEIRO, W. O. *Interações espaciais na rede urbana do nordeste do Pará: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal*. 2017. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

SABINO, T. A. G. *Produção do espaço e dispersão metropolitana em Belém: importância da logística em discursos e projetos de estruturação territorial*. 2016. 201 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, [1996] 2006. 384 p.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 9. ed. São Paulo: EDUSP, [1993] 2009. 174 p.

SPOSITO, M. E. B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

SOUZA, M. J. L. O papel do planejamento e gestão urbanos. In: SOUZA, M. J. L. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 149-182.

TRINDADE JR., S-C. C. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. 394 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JR., S-C. C. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização da Amazônia. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005.

TRINDADE JR., S-C. C. *Confinamento, dispersão e difusão: processos e configurações espaciais de uma metrópole em formação*. Belém: NAEA/UFGA, 2018. (mimeo).

TRINDADE JR., S-C. C.; BARBOSA, E. J. S. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 349-363, ago. 2016.

TRINDADE JR., S-C. C.; PEREIRA, J. C. M. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão popular, 2007. p. 313-342.

VELOSO, T. *Metrópole e região na Amazônia: concepções do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís*. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.